


# DECLARAÇÃO DA REDE DE FUNDOS COMUNITÁRIOS DA AMAZÔNIA PARA A COP30

Nós, Fundos da Amazônia Brasileira, representantes de povos indígenas, povos afrodescendentes, extrativistas, agricultores familiares e comunidades tradicionais, articulados na Rede de Fundos Comunitários da Amazônia, nos dirigimos à Presidência da 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém do Pará, e ao Secretariado da UNFCCC, levando a urgência e a sabedoria de quem sente, no corpo e no território, os efeitos devastadores da emergência climática.

A Rede de Fundos é uma aliança construída a partir de movimentos territoriais da Amazônia e atualmente envolve nove fundos comunitários: o Fundo Indígena do Rio Negro, o Fundo Dema, o Fundo Autônomo de Mulheres Rurais da Amazônia Luzia Dorothy do Espírito Santo, o Fundo Quilombola Mizizi Dudu, o Fundo Extrativista Puxirum, o Fundo Babaçu, o Fundo Timbira, o Fundo Indígena Podáali e o Fundo Indígena Rutî. Todos esses fundos são geridos diretamente por nós, povos da Amazônia, e representam experiências concretas de autogestão e acesso direto a recursos, que fortalecem nossos territórios, nossos modos de vida e nossas economias próprias e sustentáveis.

A Amazônia se aproxima perigosamente de seu ponto de não retorno, limite crítico que pode desencadear transformações irreversíveis e colapsos climáticos com impactos globais. Essa realidade decorre de atividades predatórias e políticas de desenvolvimento insustentáveis. No entanto, é também território de experiências de resistência e cuidado que sustentam a vida, a biodiversidade e o equilíbrio climático do planeta. Há séculos, nós, povos da Amazônia, somos os verdadeiros guardiões da sociobiodiversidade e das florestas que absorvem enormes quantidades de carbono, ajudando a regular o clima e a manter o equilíbrio do planeta. Nossos territórios são coletivos, inalienáveis e imemoriais. Nossa relação com a terra é a base de nossa existência, da transmissão de conhecimentos e da nossa capacidade de enfrentar as crises ambientais, sociais e climáticas.

As COP's ainda são espaços distantes de nossas realidades. A COP30, no entanto, está anunciando ser uma "COP da virada", direcionada à ação e aberta para escutar as contribuições de nossas ciências e práticas. Por isso, exigimos que as decisões tomadas em Belém incorporem de forma efetiva nossas vozes, nossas propostas e nossos modos de organização. O financiamento direto, flexível e adequado não é apenas um instrumento: é condição para garantir a autonomia dos povos da Amazônia e fortalecer sua autogestão. Isso implica reconhecer os fundos comunitários como instrumentos legítimos de acesso a recursos climáticos, capazes de captar, gerir, distribuir e, portanto, fazer aterrissar o resultado do financiamento climático de forma mais rápida e efetiva aos territórios. Significa garantir recursos não carimbados, direcionados ao fortalecimento e manutenção das organizações de base comunitária, suas governanças, equipes e iniciativas, reconhecendo seu papel na ação climática. Assim como estabelecer metas anuais concretas de aporte financeiro, em escala compatível com a urgência da crise climática, garantindo que tais recursos sejam administrados com base em nossos próprios mecanismos de governança, salvaguardas e formas próprias de garantir transparência e legitimidade.

A crise climática tem causas, nomes e responsáveis. Se a Amazônia cai, o planeta colapsa. Não aceitaremos participação simbólica. Exigimos presença real, respeito às nossas formas de organização e a construção coletiva de soluções climáticas propostas a partir dos territórios.

**Por todas e todos que vieram antes e por todas e todos que virão depois, reafirmamos: A RESPOSTA SOMOS NÓS!**

# PROPOSTAS DA REDE DE FUNDOS DA AMAZÔNIA PARA A COP30

## 1. Financiamento direto e autônomo

O financiamento direto, flexível e adequado deve ser reconhecido como pilar da ação climática global. Os fundos comunitários da Amazônia já demonstram capacidade consolidada de gestão, com mecanismos próprios de governança, transparência e efetividade. Por isso, propomos que se estabeleça uma meta de destinação anual mínima de 1 bilhão de dólares proveniente do financiamento climático diretamente aos fundos e às organizações representativas dos povos da Amazônia, ampliando o impacto de sua autogestão e a autonomia dos territórios.

Esse recurso deve priorizar o acesso direto aos fundos climáticos multilaterais (como o Fundo de Perdas e Danos, o Fundo de Adaptação, o Fundo Verde para o Clima, o TFFF e outros), assegurando salvaguardas efetivas que garantam o respeito aos protocolos de consulta, ao direito à consulta livre, prévia e informada e às formas próprias de governança dos povos da Amazônia. Ressaltamos a importância de que os fundos multilaterais criem janelas dedicadas para organizações e fundos de base comunitária, assegurando a elegibilidade de nossos fundos. Isso significa garantir que os financiamentos realmente fortaleçam as economias locais, os modos de vida e os sistemas produtivos sustentáveis em toda a diversidade amazônica, da floresta densa aos cerrados, das várzeas aos pantanais e babaçuais.



## 2. Regularização fundiária e proteção territorial

A proteção da Amazônia passa, necessariamente, pela garantia dos direitos territoriais. Defendemos a demarcação de territórios indígenas, a titulação de territórios quilombolas e de territórios de uso coletivo como reservas extrativistas (Resex), projetos de assentamento agroextrativista (PAE), reservas de desenvolvimento sustentável (RDS), projetos de assentamento sustentável (PAES). Essas medidas, junto com a reforma agrária para a agricultura familiar, são estratégias climáticas centrais.

É fundamental que as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil incluam orçamento específico e metas vinculantes, assegurando o respeito ao nosso direito de veto sobre os usos do território. Nós, povos da Amazônia, já estamos elaborando e apresentando nossas próprias NDCs, que precisam ser reconhecidas e incorporadas às NDCs nacionais, para que expressem de fato nossas contribuições e soluções frente à crise climática.

Recomendamos que o Brasil assuma um papel ativo na construção dos compromissos internacionais, proponha metas mais ambiciosas e atue para influenciar outros países a reconhecerem a centralidade dos territórios, e de seus guardiões e guardiãs, na ação climática.

Projetos de monocultura, plantações de eucalipto, grandes empreendimentos de infraestrutura e formas de exploração de bens naturais que ameaçam a integridade da Amazônia, precisam ser revogados, pois negam o caráter climático e socioambiental dos territórios. O enfrentamento do desmatamento e dos incêndios florestais deve ser tratado como prioridade, com metas claras e mecanismos efetivos de monitoramento, prevenção e responsabilização.



## 3. Reconhecimento de conhecimentos e práticas tradicionais

A Amazônia é território de ciência, tecnologia e conhecimento tradicional, e não pode ser reduzida a uma visão de conservação passiva. Nossos povos produzem, há milênios, sistemas complexos de manejo, cultivo, restauração e proteção que constituem verdadeiras escolas de inovação climática. Exigimos o reconhecimento desses conhecimentos, ciências e tecnologias próprias como estratégias legítimas de mitigação, adaptação e restauração. Isso implica garantir direitos coletivos sobre autoria e propriedade intelectual, assegurar protocolos de proteção contra apropriação indevida e valorizar os territórios como centros vivos de produção de ciência, onde saberes milenares dialogam em pé de igualdade com soluções contemporâneas para enfrentar a crise global.

## 4. Procedimentos administrativos e financeiros adequados

É necessário reconhecer que nós, povos da Amazônia, já criamos nossos próprios mecanismos financeiros, legítimos, eficazes e enraizados em nossos territórios. Esses mecanismos devem ser plenamente reconhecidos, não como exceções ou experiências-piloto, mas como parte estruturante da governança climática global.

Não se pode esperar que povos e comunidades se moldem a regras externas para acessar o financiamento climático. Ao contrário, são os mecanismos internacionais que precisam se adaptar às realidades comunitárias. Isso significa: garantir acesso a recursos sem a exigência exclusiva de CNPJ; reconhecer e financiar custos operacionais como parte da resiliência, tomando os custos de fortalecimento de organizações de base comunitária como investimento climático legítimo; fortalecer os sistemas próprios de governança; e adotar mecanismos de prestação de contas adequados, com indicadores definidos pelos próprios povos e com acompanhamento participativo.

Propomos também a designação de assentos e direito a voto para organizações de base comunitária na governança dos fundos multilaterais, garantindo participação desde o desenho até a decisão e avaliação dos recursos implementados.

## 5. Proteção da vida

Na Amazônia, defender o clima é defender a vida. Propomos que a proteção das lideranças, comunidades, defensores de direitos humanos e dos povos indígenas em isolamento voluntário seja reconhecida e diferenciada como uma ação climática estratégica.

Isso significa estabelecer a proteção da vida como princípio orientador nos acordos climáticos, criar mecanismos de monitoramento, alerta precoce e resposta rápida, e registrar explicitamente no Balanço Global que a defesa de povos, territórios e lideranças amazônicas é inseparável da luta contra a crise climática.

## 6. Centralidade das mulheres e juventudes

A transição justa e a ação climática só serão possíveis com a centralidade das mulheres amazônidas. Defendemos sua participação plena e efetiva nos espaços de decisão da COP30 e em todas as instâncias de formulação de políticas climáticas. Propomos o fortalecimento de mecanismos de financiamento direto voltados especificamente às mulheres dos territórios. Elas devem ser reconhecidas como protagonistas e autoridades climáticas, cuja liderança assegura a continuidade da vida e a preservação da floresta.

A participação das juventudes também é estratégica para a proteção dos territórios e para a inovação climática. Defendemos sua inserção efetiva em programas de governança territorial, na elaboração de planos de gestão e em projetos de financiamento comunitário, com metas claras de representatividade e com lideranças jovens atuando como continuidade de um processo de luta, pois a juventude é, ao mesmo tempo, a continuidade e o fruto da nossa luta.



## 7. Coerência governamental e compromissos concretos

Não há credibilidade internacional sem coerência nacional. Exigimos que o governo brasileiro cumpra sua obrigação constitucional de proteger os territórios e os direitos dos povos da Amazônia, revogando medidas que ameaçam a vida, como o Marco Temporal. É necessário barrar a expansão de agrotóxicos, mineração, exploração de combustíveis fósseis, grandes hidrelétricas e outros empreendimentos de alto impacto.

Reforçamos, ainda, a necessidade de fortalecimento e implementação plena de políticas nacionais como a PolíticaNacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Quilombolas (PNGTAQ). Estas políticas, com todos os seus eixos, incluindo planejamento territorial participativo, proteção ambiental, uso sustentável dos recursos, fortalecimento da educação rural diferenciada e promoção de desenvolvimento socioeconômico culturalmente adequado, são instrumentos centrais para garantir a justiça socioambiental e climática nos territórios.

Por fim, reafirmamos a exigência de participação plena e com poder de decisão dos povos da Amazônia em todos os níveis da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, assegurando que nossas demandas e propostas tenham efeito real nas políticas nacionais e internacionais.

**O planeta não pode mais esperar. Nossos territórios, nossas lideranças, nossas ciências são parte insubstituível da solução. Pelas atuais e futuras gerações, pela vida da Mãe Terra e de toda a humanidade,**

# A RESPOSTA SOMOS NÓS

Brasília, 29 de agosto de 2025
Rede de Fundos Comunitários da Amazônia

Rede de Fundos Comunitários da Amazônia • Pré COP • Brasília • 2025 •

# PRÉ COP

REDE DE FUNDOS COMUNITÁRIOS DA AMAZÔNIA

REDE DE FUNDOS COMUNITÁRIOS DA AMAZÔNIA:

Fundo Babaçu

FUNDO DEMA
SOMOS A FLORESTA

Kízzi Dudu

Podáali
Fundo Indígena da Amazônia Brasileira

PUXIRUM
Fundo Extrativista da Amazônia Brasileira

Fundo Indígena do Rio Negro

FUNDO INDÍGENA TIMBIRA

FUNDO INDÍGENA
RUTÎ
O RIUTO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS